

**ASSESSORIA JURÍDICA****PARECER JURÍDICO Nº 42/2023/AJ/PARCERIAS**

Referência: Termo de Colaboração, Lei nº 13.019/2014, Parcerias.

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Ijuí

Associação Tradicionalista Querência Gaúcha – Ijuí/RS

Relatório

Chega a Assessoria Jurídica do Município de Ijuí/RS, expediente administrativo em epígrafe, oriundo da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo - SMCET, onde há solicitação de análise jurídica acerca da possibilidade de realização de parceria, e transferência de recursos, através de Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA QUERÊNCIA GAÚCHA-ATQG, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.945.623/0001-98, localizada na BR 285, Km 454, Parque de Exposições Wanderley Burmann Interior, município de Ijuí/RS, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. Eduardo Cardoso Filho, portador do CPF de nº 600.653.540-87, para possibilitar o trabalho do Projeto "fomentar a cultura tradicionalista gaúcha através da busca da Chama Crioula".

Desta forma, por força do disposto no art. 3º c/c Anexo III da Lei nº 7.377, de 20 de Janeiro de 2023, os autos da solicitação vieram a esta Assessoria Jurídica para análise e parecer de tal questão.

É o sucinto relatório.

Fundamentação

A Associação Tradicionalista Querência Gaúcha – ATQG vem desenvolvendo suas atividades desde a década de 90, onde tradicionalistas do Município viram a necessidade de se unirem para ter uma maior representatividade e representar todos os CTGs do Município. A ATQG realiza diversos tipos de atividades, como rodeios artísticos onde reúnem dançarinos de todos os CTGs do Município e da região para competir em diversos tipos de manifestações artísticas culturais.



Dessa forma a Associação Tradicionalista Querência Gaúcha – ATQG apresentou Plano de Trabalho, em que demonstra a qualificação da entidade, prazo de execução com início e término, apresentação de público alvo, objetivos, período de execução, plano de aplicação, metas e cronograma de desembolso para recebimento de verbas que visam auxiliar o desempenho de suas atividades.

Verifica-se da documentação apresentada que a Associação Tradicionalista Querência Gaúcha – ATQG respeita os requisitos estatutários e contábeis, previstos na Lei Federal n.º 13.019/2014 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; comprova a regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal; comprova regularidade com o FTGS e INSS; exhibe negativa de débitos trabalhistas; além de apresentar seu Estatuto Social, ata de eleição da atual diretoria e comprovação de localização atual.

Ainda, demonstra sua capacidade técnica gerencial por meio de declarações devidamente assinadas por seus representantes, com a demonstração de sua atuação regional de extrema importância e abrangência. Ainda, a instituição informa a não ocorrência de impedimentos e vedações em relação à organização e sua diretoria.

Da análise do Plano de Trabalho, verifica-se que o mérito da proposta está em conformidade com a modalidade de parceria adotada. Verifica-se que a proposta do Plano de Trabalho se mostra adequada a seus objetivos na persecução do objeto final.

Assim, adequada a transferência de recursos para a realização do Projeto desenvolvido pela Associação Tradicionalista Querência Gaúcha – ATQG.

Outrossim, sugere-se que, conforme art. 35 da Lei n.º 13.019/2014, a parceria seja efetivada mediante inexigibilidade de chamamento público. Isso porque, nos termos do art. 31 da referida lei, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, não há, neste momento, possibilidade de competição entre organizações da sociedade civil para atendimento da demanda.

M



Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

[...]

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Para a fiscalização da execução da parceria por parte do poder público, poderão ser utilizados todos os meios previstos em lei. Ressalta-se que a Administração Pública possui capacidade operacional para celebrar a parceria e cumprir as obrigações dela decorrentes e assumir as respectivas responsabilidades.

Parecer

A proposição em análise, à vista da documentação apresentada pelo proponente, atende às disposições constitucionais, legais e jurídicas, especialmente Lei Federal n.º 13.019/2014, as Leis Municipais n.º 6.995, de 11 de Novembro de 2020, e n.º 7.370 de 27 de Dezembro de 2022, o Decreto Executivo n.º 6.295, de 29 de Dezembro de 2017, Decreto Municipal n.º 6.602 de 25 de Março de 2019 e o Decreto Municipal 8.367 de 02 de agosto de 2023.

Assim, abstraindo-se dos detalhes técnicos alheios à sua área de atuação, esta Assessoria Jurídica OPINA favoravelmente à realização de Termo de Fomento entre a ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA QUERÊNCIA GAÚCHA-ATQG, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.945.623/0001-98, localizada na BR 285, Km 454, Parque de Exposições Wanderley Burmann Interior, município de Ijuí/RS e o Município de Ijuí/RS, com o envio de projeto de



lei para o legislativo municipal, conforme prevê art. 30, VI, da Lei Federal n.º 13.019/2014, a fim de votação.

Salvo melhor entendimento, é o parecer.

Ijuí/RS, 11 de agosto de 2023.

Ricardo W. Salvador

OAB/RS 117.554

Assessor Jurídico